

Declaração Política pelo
Deputado Vasco Cordeiro
a propósito do Dia da Europa 2012

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Subo a esta tribuna hoje, dia 9 de Maio, Dia da Europa, para evocar nesta Casa os valores da Europa e do projecto da União Europeia.

Hoje, pela conjuntura e circunstâncias que vivemos, torna-se necessário realçar estes valores e a razão de ser de um ideal que se encontra, - julgo ser pacífico afirmá-lo -, em mares tumultuosos.

Faço-o, também, por entender que é do nosso interesse estratégico e de longo prazo, uma participação no projecto de construção europeia que não pode, nem deve, circunscrever-se à discussão sobre fundos comunitários e ao benefício directo que outras políticas europeias podem trazer à nossa Região.

Interessa-nos, também, evocar aqui uma Europa que, fazendo jus à sua divisa, “Unidos na Diversidade”, encontra nas regiões um dos alicerces fundamentais para a sua existência e fortalecimento.

É, aliás, a partir desse sentido mais ambicioso da nossa presença e afirmação europeias, que entendo dever construir-se uma actuação política em que a Região se assume sempre como protagonista da definição substantiva das políticas comunitárias e não somente como seu objecto ou destinatário.

Esse posicionamento da nossa acção política na Europa, naquilo que tem de substancial e de efectivo, começa já a desenhar-se, mas deve ser ampliado e reforçado.

Os Açores não podem assumir-se perante as instituições comunitárias apenas como um mero recebedor de ajudas financeiras.

É essencial que nos assumamos, cada vez mais, como sujeito activo, participando empenhada e activamente na construção de soluções globais que, como foi o caso da Política Marítima Europeia e não só, embora globais na sua abrangência, acabam por ter um impacto directo na nossa Região.

A isso nos legitima, não apenas a nossa condição de parte dessa Europa, que já foi chamada das regiões, mas, sobretudo, aquilo que trazemos ao projecto europeu, quer no âmbito da sua projecção, quer no âmbito da realização dos seus objectivos.

No que toca à projecção, o nosso posicionamento geo-estratégico traz para a Europa uma efectiva presença no espaço atlântico, criando as condições privilegiadas para uma ocupação de áreas de interesse cada vez mais cobiçadas.

Este é um dos aspectos que embora reconhecido em alguns documentos das instituições comunitárias, - é o caso do Relatório Barnier sobre uma Força Europeia de Protecção Civil -, necessita de ser continuamente salientado e reclamado perante responsáveis europeus que, em alguns casos, manifestam um gritante desconhecimento ou olímpica indiferença no que respeita à situação das regiões ultraperiféricas em geral, e dos Açores, em particular.

Uma nova afirmação política da nossa importância para a Europa passa, igualmente, por salientarmos sem tibiezas aquilo que, por comodismo ou interesse, não é reconhecido ou salientado pelas instituições europeias.

Matérias há em que os Açores cumprem, e cumprem melhor do que outros, aqueles que são os objectivos das políticas da União.

Tomemos dois exemplos, a meu ver, bem ilustrativos desse facto:

A exploração sustentável dos recursos pesqueiros e as energias renováveis.

No primeiro caso, ao longo dos mais de 30 anos da nossa Autonomia, os sucessivos governos regionais foram construindo um património de políticas e de acções dirigidas a esse objectivo, que se traduzem num exemplo perfeito de como o princípio da subsidiariedade, - tantas vezes apregoado pela Europa e outras tantas sacrificado aos interesses económicos e políticos -, conduz a resultados que servem, exemplarmente, essas mesmas políticas.

A Política Comum de Pescas e, embora em parte, a Política Marítima Europeia, são insuficientes para responder a uma realidade que, como bem o demonstra a situação recente do esforço de pesca do goraz, não se pode bastar com um regime de quotas fixado em Bruxelas.

Essa área exige, para ser bem sucedida, a adopção de acções e de medidas tomadas a nível regional, que monitorizem e garantam, no seu interesse e no interesse de toda a Europa, que aquilo que se apregoa em Bruxelas sobre a gestão sustentável dos recursos marinhos, tem efectividade prática no meio do Atlântico.

É, por isso mesmo, ainda mais incompreensível o posicionamento da Comissão e do Conselho Europeus face à nossa Zona Económica Exclusiva e, em concreto, à ambicionada reposição nas 200 milhas da limitação de acesso às nossas águas por parte de frotas comunitárias.

Esta batalha, também de importância fundamental para os nossos pescadores, não se alicerça num interesse económico açoriano.

Fundamenta-se, isso sim, na certeza, derivada da prática e da história, que a nossa Região é mais capaz de garantir o bom resultado que a União diz querer, se lhe forem dados meios e instrumentos para tal.

De igual modo, a questão das energias renováveis constitui o exemplo de um trabalho que nos coloca na vanguarda deste desafio europeu, mas que, ao mesmo tempo, ilustra bem o

desconhecimento que grassa em alguns círculos de decisão comunitários.

Somos uma região cuja política energética conduziu a que as taxas de penetração de energias renováveis estejam hoje bem à frente aos níveis que a Europa apenas estima alcançar em 2020.

Ao mesmo tempo, porém, e face a uma matéria de interesse absolutamente vital para nós, continuamos a ser penalizados por um regime de licenças de emissão de CO₂ no transporte aéreo que ignora a nossa realidade insular e o nosso distanciamento do continente, e que pode ser extremamente penalizadora da nossa economia e da mobilidade dos Açorianos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Uma matéria de importância verdadeiramente estrutural para o futuro da nossa Região tem a ver com a forma como a União Europeia, nomeadamente através dos fundos comunitários, pode

potenciar e ampliar o nosso desenvolvimento económico e social e promover a coesão económica, social e territorial na União.

As taxas de crescimento que a nossa região tem alcançado nos últimos anos, e que nos coloca já na esfera da fasquia dos 75% da média comunitária do PIB per capita, deve constituir motivo de reflexão quanto ao nosso posicionamento e à nossa participação, enquanto região ultraperiférica, no orçamento comunitário.

A Europa necessita de passar de uma política assistencialista às suas regiões ultraperiféricas, baseada apenas na consideração das suas debilidades estruturais, para uma política de incentivo ao crescimento, apostando em áreas em que o potencial dessas regiões ainda não está plenamente realizado.

A plena assunção da mais valia e do potencial que essas regiões apresentam para a Europa, obriga a que esse entendimento se traduza numa aposta inequívoca, desde logo ao nível do financiamento comunitário, nas áreas concretas da economia das regiões que possam conduzir à criação de emprego e a geração de riqueza.

No caso dos Açores, essa visão do que deve ser a política europeia referente às regiões, leva-nos, de imediato, para um assunto de importância primeira na nossa economia, e, em especial, no nosso sector agro-pecuário.

A produção de leite e o sector dos lacticínios apresentam-se, a este propósito, como uma das áreas em que a intervenção comunitária pode condicionar, de forma decisiva, a economia de uma região.

Os efeitos do desmantelamento do regime das quotas leiteiras não devem ser analisados apenas na perspectiva da política sectorial em que se inserem.

No caso dos Açores, desmantelar o regime de quotas leiteiras significa afectar de forma profunda um dos principais sectores da nossa economia, daí que a atenção que a nível comunitário deve ser dada a este assunto, quer na perspectiva do desmantelamento, quer na perspectiva da compensação pelos efeitos daí decorrentes, deve ser reforçada e traduzida, caso se siga por aí, em medidas concretas de compensação aos nossos produtores.

Estamos, assim, perante uma situação em que um sector de importância fundamental para a nossa Região, quer em termos de emprego, quer em termos de riqueza, deveria merecer, da parte das instituições comunitárias, uma atenção especial e diferenciada, se não na inversão da decisão, claramente na compensação dos seus efeitos.

Mas não apenas nas áreas já estabelecidas essa diferenciação pode e deve ser concretizada.

Também nas áreas em que o potencial ainda se encontra por realizar, deve ser procurado um apoio europeu específico e direccionado para a sua materialização.

No nosso caso, consideramos que cabem claramente nessa área o Mar, numa perspectiva que abarque desde a importância da nossa localização geográfica até matérias como o aproveitamento dos recursos minerais do seu fundo e a biotecnologia, bem como as áreas do conhecimento em matérias como a vulcanologia e a sismologia.

Assim, passaremos para uma situação em que o fundamento da nossa parte do orçamento comunitário não passa apenas pelo

dever de solidariedade da União para com uma pequeníssima parcela do seu território, mas, claramente, se centra no próprio interesse da União Europeia no desenvolvimento dessas áreas e desses sectores.

Esta evolução do posicionamento político e estratégico da nossa ultraperiferia, afigura-se-nos essencial nos tempos que correm e face às previsões de continuarmos esta caminhada de progresso e desenvolvimento.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Termino com uma referência à nova fase que se antevê no horizonte da política europeia e que em muito se deve às alterações políticas que resultaram nas eleições do passado Domingo.

Em ambos os casos os desafios são gigantescos.

No caso francês, o novo Presidente da República, o socialista François Hollande, empunha o estandarte da esperança de milhões de europeus que, perante a falência das pretensas soluções baseadas unicamente na austeridade e na destruição do modelo social europeu, voltam-se para a esquerda democrática em busca de uma solução que não reduza o projecto europeu a uma conta de subtrair.

No caso grego, a fragmentação política e as dificuldades daí resultantes colocam à prova, de forma nunca vista até aqui, os valores da Democracia, da Solidariedade Europeia e da Entreatajuda entre as nações.

Espero, esperemos, que, mais uma vez, a Europa esteja à altura, não apenas da sua divisa, mas da paráfrase que dela podemos retirar: “Unidos na adversidade”.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 09 de Maio de 2012.

Vasco Alves Cordeiro
Deputado do Grupo Parlamentar do PS/Açores